

Universidades Lusíada

Martins, Guilherme Waldemar Pereira de Oliveira,
1952-

**Para um roteiro da História da Cultura
Portuguesa (2)**

<http://hdl.handle.net/11067/8203>

<https://doi.org/10.34628/EQZC-T009>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Características nacionais portuguesas, Portugal - Civilização
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 10 (Julho-Dezembro 2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T03:36:31Z com
informação proveniente do Repositório

Para um roteiro da História da Cultura Portuguesa (2)

Towards a roadmap of the History of Portuguese Culture (2)

Guilherme d'Oliveira Martins

Professor Catedrático Convidado da Universidade Lusíada

Email: gom@cnc.pt gom@gulbenkian.pt

ORCID: 0000-0001-7807-0269

DOI: <https://doi.org/10.34628/EQZC-T009>

Summary

6. Com Fernão Lopes estamos diante de uma das primeiras grandes referências da língua portuguesa. Com ele, presenciaremos uma sucessão de acontecimentos que representam o fim da Idade Média
7. São riquíssimas a experiência e a influência exercidas pelo Infante D. Henrique no seu tempo e no século seguinte
8. A Expansão Quatrocentista Portuguesa constitui um programa essencial para a concretização da primeira globalização
9. Do Infante D. Pedro até ao Tratado de Tordesilhas...
10. Diversos e complexos são os fatores que determinaram a Expansão portuguesa
11. A descoberta do caminho marítimo para a Índia iniciou a primeira globalização, abrindo portas a um diálogo entre culturas
12. A importância do tráfego da Índia
13. Preparar o Renascimento
14. O mito sebastianista e o Quinto Império...

6. Com Fernão Lopes estamos diante de uma das primeiras grandes referências da língua portuguesa. Com ele, presenciaremos uma sucessão de acontecimentos que representam o fim da Idade Média.

A vida de Fernão Lopes é um mistério. Por ironia do destino, o homem através de quem conhecemos a História de D. João I e da Ínclica Geração, é-nos quase desconhecido como pessoa. Não sabemos quando nasceu, mas presumimos que tal tenha acontecido nos anos da crise. “Fernão Lopes pertencia à primeira geração de depois dos combatentes de Lisboa em 1383 e dos da batalha de Aljubarrota, isto é, a geração dos filhos de D. João I” – diz-nos António José Saraiva (Cf. *O Crepúsculo da Idade Média*, Gradiva, 1988). A sua origem era plebeia, e esse facto explica, por certo, a extraordinária atenção que reserva na sua escrita à “arraia miúda”. O seu nome aparece-nos pela primeira vez apenas em 1418, como guarda-mor das escrituras da Torre do Castelo de Lisboa. Um ano depois, é escrivão dos livros de D. João I e em 1422 exerce o cargo de escrivão da puridade do Infante D. Fernando, sendo depois nomeado tabelião geral do reino. E D. Duarte, de quem era muito próximo, atribui-lhe uma tença anual vitalícia em 1434 para escrever as crónicas da história geral do reino, até D. João I. Como cronista-mor vai exercer funções, com zelo e competência, até 1454, altura em que, por estar “mui velho e flaco”, é aposentado. Gomes Eanes de Zurara é já quem escreve a versão final da terceira parte da Crónica de D. João I, relativa à tomada de Ceuta (cuja pri-

meira versão Damião de Góis atribui ao próprio Fernão Lopes). Estando ainda vivo, e com avançada idade, em 1459, julga-se que morreu cerca do ano de 1460.

Estamos diante de uma das primeiras grandes referências da língua portuguesa. Com ele, e com a sua escrita fluida e atraente, presenciaremos uma sucessão de acontecimentos que anunciam um novo tempo, muito diferente da Idade Média. É ao “crepúsculo” desse tempo antigo que assistimos, na sequência de um rumo modernizador preparado na passagem do século XIII para o século XIV no período de D. Dinis. Um dos temas novos, de importância maior, que trata é o da legitimidade política, que deixa de ser fundada no património e no senhorio, para passar a ser ditada pelas gentes e pelo “poboo”. Desde que se fixara a fronteira do reino e que a língua comum se tornara língua oficial dos tabeliães foram abertos os caminhos do “direito de naturalidade”, por contraponto ao “direito senhorial”, como salienta António José Saraiva. E se houve divisões drásticas na sociedade portuguesa, com a alta nobreza e o alto clero a sustentarem o conceito antigo, dito “legitimista”, e se a burguesia das cidades a ansiava por outro entendimento, mais ligado aos povos, o certo é que a matriz legitimadora do reino (o Estado que precedeu a nação) atribuía uma forte importância aos municípios, aliados naturais de um poder real que, pelo menos desde Afonso III, se consolidou a partir desse “contrato político”. O “direito de naturalidade” representava o anúncio de uma nova conceção. E Fernão Lopes desenvolve na “Crónica de D. João I” a cada passo, esse entendimento,

quer na narração que faz, quer nas reflexões que conosco partilha. Fala, pela primeira vez, de “verdadeiros portugueses”, mas também de “cidadãos honrados”, de “amor da terra”, do grito “Portugal” da gente “miúda” e até de “evangelho português”, ligando a fidelidade ao Papa de Roma à defesa do reino, que compara à causa do conde D. Henrique, em pleno espírito de cruzada, com forte conotação religiosa. Tudo por contraponto aos “portugueses desnaturados”. E esse novo entendimento leva-o a conceber a historiografia como uma procura de factos verídicos, fiéis à realidade, em nome de uma causa. Lembremo-nos dos relatos do Cerco de Lisboa e da batalha de Aljubarrota. Os acontecimentos são minuciosamente descritos, entre angústias e esperanças, numa cadeia de factos de vai culminar no sucesso da causa do Mestre. Há, assim, grande cópia de documentos que o cronista reproduz e estuda. Afinal, o novo conceito de *legitimidade* obriga ao respeito por parte de quem deposita a sua confiança nos titulares do novo poder. Mas o rigor documental não é confundível com objetividade do historiador... No caso vertente o respeito pelos factos decorre da necessidade de demonstrar com muita clareza a legitimidade da causa do Mestre.

Nesta linha de pensamento, Fernão Lopes torna-se um cicerone precioso porque, abraçando a causa do Mestre, reúne os elementos fundamentais para justificar uma “justa aclamação”. O relato das Cortes de Coimbra é magistral. O cronista dá-nos, com minúcia, as provas da argumentação jurídica de João das Regras. Aí estão a incerteza da paternidade de D. Beatriz, a situação matrimonial irregular de D. Leonor Teles, o apoio cismático de D. João de Castela ao Papa de Avinhão, a demonstração clara da ilegitimidade (e da indignidade) de D. João (de Castro), filho de D. Inês de Castro... A argumentação jurídica alia-se aos sinais da Providência, protagonizados pelo jovem Condestável do Reino D. Nuno Álvares Pereira, chefe militar da linhagem de Galaaz, o cavaleiro de Camelot e companheiro do Rei Artur, do ciclo bretão. Álvaro Pais, o rico cidadão de Lisboa, lança o movimento. Mas Fernão Lopes, a partir deste impulso, fixa-se na “arraia-miúda” como principal e verdadeiro artífice do golpe de Estado. As hesitações e até a descrição da personalidade contraditória de D. João, Mestre de Avis, demonstram com meridiana clareza que houve um impulso inexorável, vindo do movi-

mento popular, que foi mobilizador de mesteiros e lavradores. E se o Mestre começa por ser quem está em pior posição na linha sucessória, sem mesmo desejar ser rei, como várias vezes diz, por seu meio-irmão D. João de Castro ter maior legitimidade, o certo é que os acontecimentos (e Álvaro Pais) irão colocá-lo no centro dos acontecimentos e à frente dos destinos do reino. Isto, depois de ter “representado” D. João, seu meio-irmão, filho de Inês de Castro (como Defensor e Regedor do Reino), e de invocar o seu estatuto de clérigo. Em Coimbra, porém, o legista João das Regras, depois de declarar o trono vago, demonstra que a nova legitimidade, a dos povos, não oferecia dúvidas e cabia ao Mestre ser o novo Rei. O movimento popular não tinha, é certo, a aceção que hoje lhe daríamos. Opunha-se à aristocracia fidalga, na linha da consolidação da monarquia fundada por Henrique de Borgonha e seu filho Afonso Henriques. E como é facilmente compreensível a conceção do “direito de naturalidade” reforçou o peso e a importância dos povos dos concelhos, segundo o que Jaime Cortesão designaria como “os fatores democráticos na formação de Portugal”. Estamos, assim, perante uma revolução de “cidades” e de “vilãos”, logo desde os acontecimentos de Lisboa, em 1383, com a morte do conde de Andeiro, mas também em Beja, em Évora, no Porto. As vilas combatem os castelos, a legitimidade nova destrona a legitimidade senhorial.

Se o cronista apresenta uma nova conceção social e política, fá-lo com o recurso originalíssimo à narrativa, demonstrando “o estofado de um dramaturgo poderoso” (A. J. Saraiva) e afirmando-se como um exímio “contador da História” (Teresa Amado). Na “Crónica de D. João I” sente-se a “epopeia” de um tempo de mudanças profundas, a partir da “gente pequena dos lugares” e, sobretudo, de um novo poder que se instala, com um projeto coletivo, que dá continuidade ao que vinha sendo preparado, mas que lança novas bases para a ação, que não se limita a refrescar a legitimidade do reino, agora assente nos “verdadeiros portugueses” e nos “cidadãos honrados”, dá-lhe expressão positiva, que o tempo seguinte irá confirmar. “Oh geração que depois veio, povo bem-aventurado, que não soube parte de tantos males nem foi quinhoeiro de tais sofrimentos” ... E foram precisos sofrimentos e provações, para o que veio depois.

7. São riquíssimas a experiência e a influência exercidas pelo Infante D. Henrique no seu tempo e no século seguinte.

Se há figura na história portuguesa rodeada de uma aura especial, essa é a do Infante D. Henrique (1394-1460). São riquíssimas a sua experiência e a influência que exerceu no seu tempo e no século seguinte. Uns glorificam-no, outros apoucam-no e talvez todos estes estejam algo fora da verdadeira consideração. Sobre os mistérios existentes, basta lembrarmo-nos do debate sobre a vera effigie do Infante. A mais próxima imagem de quem teria sido Henrique é a que está no pórtico do Mosteiro dos Jerónimos, no entanto são as representações da «Crónica dos Feitos da Guiné» de Zurara, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris, e a dos Painéis ditos de S. Vicente, de Nuno Gonçalves, no Museu Nacional de Arte Antiga, que nos permitem identificar facilmente Henrique, o Navegador. De facto, o Infante tornou-se quase um mito, apesar de ser uma das figuras históricas portuguesas sobre quem é possível definir com maior rigor um percurso de coerência e de vontade. A decisão da exploração da costa de África, e tudo o que se lhe seguiu, é algo que merece cuidada análise – correspondente à ponderação de decisões e acontecimentos que têm tudo menos de acaso. A conquista de Ceuta (1415) permitiu a compreensão das dificuldades colocadas, a Portugal e à Península Ibérica, na entrada do Mediterrâneo e no comércio com o Levante mediterrânico. As cinco razões aduzidas na «Crónica dos Feitos da Guiné» de Gomes Eanes de Zurara têm de ser lidas em estreita ligação com as fortes condicionantes económicas, políticas e territoriais:

- (a) a vontade de conhecer as novas terras;
- (b) as razões comerciais para a troca de produtos;
- (c) o poderio dos “mouros daquela terra d’África”, muito maior do que comumente se pensava”;
- (d) saber se haveria rei cristão naquelas paragens;
- (e) a expansão da fé cristã.

Sobretudo, pouco se entenderá se não invocarmos a profunda crise económica e social sentida em Portugal e na Europa no último quartel do século XIV, ainda sob efeitos da peste negra, que obrigou à procura de alternativas. Se o Infante não é uma figura isolada, o certo

é que tem uma quota-parte fundamental no planeamento e na administração de um reino que não poderia nem queria ficar confinado ao território peninsular, às limitações mediterrânicas e às ameaças dos mouros, árabes e otomanos. D. Henrique foi profundamente marcante e cioso dos seus domínios, era duque de Viseu, senhor da Covilhã, governador da Ordem Militar de Cristo, senhor dos arquipélagos da Madeira e dos Açores e do barlavento algarvio, mas também detentor do monopólio das saboarias, da pesca do atum, da produção do pastel ou da pesca do coral. Há, no entanto, uma notável complementaridade no seio da chamada Íncita Geração, os Altos Infantes. A figura do Pai, D. João I é a do autêntico refundador do Reino, na sequência de D. Afonso Henriques e D. Dinis, cada um a seu modo, sendo criador de uma realidade política nova ligada à grande frente marítima atlântica, mas também às influências mediterrânicas. Se cuidarmos bem da análise dos acontecimentos, depressa descobrimos que os filhos D. Duarte (o Leal Conselheiro), D. Henrique e D. Pedro das Sete Partidas articulam inteligentemente ações. A leitura da célebre carta de Bruges, enviada por D. Pedro a D. Duarte, ainda príncipe herdeiro, além de nos revelar a defesa do que mais tarde se designaria como «fixação e transporte», apresenta-nos o que poderíamos designar como um projeto nacional – com um Administração moderna, uma economia adequada à inovação, uma universidade capaz de seguir o que de mais avançado outras faziam e uma procura de novos modos de funcionar e agir. Está, aliás, por esclarecer inteiramente qual a influência das informações de D. Pedro, recolhidas nesse périplo europeu, nas navegações promovidas por D. Henrique na costa africana. O certo é que quer o Livro de Marco Polo quer o misterioso mapa de Fra Mauro devem ser referidos – não que tenham definido um plano da Índia, que só o Príncipe Perfeito assumirá, mas como a necessidade de procurar, como diz Zurara, uma aliança estável para favorecer o comércio com o Levante. Não seria ainda a Índia o objetivo, mas D. Henrique estaria a pensar na Terra Santa, preocupado com o seu poderio e a sua influência, com a sua vocação de cruzado do novo tempo, pensando no espírito de cruzada. A atitude perante o desastre de Tânger deve ser lida a esta luz. E, se dúvidas houvesse, basta lembrarmo-nos que, mais tarde,

Afonso de Albuquerque não esqueceu a ideia. Dotado de uma inteligência superior, D. Henrique ligava razões diversas – políticas, económicas, políticas e religiosas. Importa, pois, reconhecer o significado da articulação de vontades e inteligências e da sua extraordinária capacidade para seduzir e para convencer. E não poderemos esquecer ainda a influência de D. Isabel de Borgonha, casada com Filipe, o Bom, e mãe de Carlos o Temerário. Segundo João Paulo Oliveira e Costa, despojado do mito, D. Henrique não é apenas o *Navegador*, é o príncipe preocupado com o seu senhorio e com a sua influência política e um cortesão que sabia influenciar e enlevar as demais figuras da corte, através de uma simpatia que o colocou sempre acima das divergências que dividiam os membros da família real. O Infante moveu-se intensamente em todo o reino, e os períodos de maior frequência nas deslocações, «coincidem com a sua mais intensa ação expansionista: 1437-1441 e 1443-1445. Em ambos os períodos, correu de Lagos a Viseu, cidades gémeas no seu entender. Na primeira, assistia à partida e chegada das embarcações e à repartição das mercadorias; em Viseu, de ordinário, arrecadava o quinto e demais frações que lhe cabiam. Aquando do conflito trágico, que culminou na Batalha de Alfarrobeira (1449), D. Henrique procura contemporizar, sem sucesso, mas é sob a sua influência que o corpo de D. Pedro irá para a Batalha, não podendo esquecer-se que, com interferência do Rei, ver-se-á reconhecido pelo Papa como diretor das navegações, conquistas, ocupações e apropriações de todas as terras, portos, ilhas e mares do continente africano e mesmo dos ainda a ocupar da Guiné para sul sem fixação de quaisquer limites («per totam Guineam et ultra»).

8. A Expansão Quatrocentista Portuguesa constitui um programa essencial para a concretização da primeira globalização.

«A Expansão Quatrocentista Portuguesa» (D. Quixote, 2008) de Vitorino Magalhães Godinho é uma obra que merece revisitação, pelo rigor da análise, pela pertinência das considerações e pelo sentido crítico, fatores que representam um modelo e um exemplo para a moderna historiografia europeia, na qual pontuou o seu autor, que há pouco nos deixou, mas cuja presença tem de manter-se viva

na cultura portuguesa contemporânea. Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) manteve-se sempre atento à realidade do mundo. Deu uma lição de cidadania e de presença crítica. Como disse Joaquim Romero Magalhães, “lê-lo e estudá-lo é a mais adequada homenagem ao mais notável dos historiadores portugueses”. A lição da independência e do sentido crítico foram constantes no magistério do pedagogo e cientista: «é urgente refazer as ciências humanas, é imperativo reinventar o sentido da ação humana. Não nos apegarmos a tradições mais imaginadas do que verdadeiras nem tampouco inovar por inovar, sem comandarmos as mudanças sem sopesarmos se são necessárias». Tornar-se-ia, assim, indispensável evitar a fragmentação científica, em compartimentos estanques, e o servilismo em relação ao pragmatismo imediatista. Mais do que as representações simbólicas, deveria importar dar atenção à economia e à sociedade, lembrar «azenhas e charruas, as fábricas e o carvão, os homens e as suas maneiras de sentir, pensar e agir, o espaço geográfico em que decorrem suas vidas, a dialética entre papéis sociais e personalidade, em suma». Os ensinamentos do mestre, o seu sentido crítico, a visão de conjunto que sempre cultivou, a ligação ao espírito inovador dos «Annales» de Lucien Febvre e Fernand Braudel, significarão, por muito tempo, uma inspiração historiográfica da maior importância. Romero Magalhães não exagera. Estamos na linhagem dos nossos melhores historiadores como Alexandreerculano, Oliveira Martins e Jaime Cortesão. Lida e refletida a obra de VMG, percebemos uma exigência exemplar, que permaneceu intacta ao longo do tempo. E a moderna ciência económica muito tem a ganhar com essa perspetiva multipolar, complexa e sistémica – que evita simplificações, recusa determinismos e previne projeções lineares empobrecedoras. De facto, a história económica e social é essencial para a compreensão de acontecimentos, entre os quais avulta a recente crise financeira. Como entender a evolução económica portuguesa sem estudar história das finanças públicas ou das contas externas? Como definir as soluções sem considerar os elementos duráveis de carácter sistémico? Daí termos de lembrar (à luz da História) os efeitos perniciosos dos egoísmos nacionais, que os anos trinta do século passado conheceram dramaticamente. A releitura das conclusões de uma obra como

«A Expansão Quatrocentista Portuguesa» permite-nos entender as dificuldades de uma economia periférica. O que importa, no fundo, é evitar as conclusões fáceis. Para VMG será sempre necessário conhecer o caminho que se pisa, para que as políticas públicas decorram de estudo aturado e da compreensão da complexidade. Por exemplo, na génese dos descobrimentos o que importou ao historiador não foram as razões pessoais do Infante D. Henrique. As causas e o sentido das condutas têm de ser vistos num âmbito largo e diversificado. As transformações sociais e culturais encadeiam-se em processos de estruturas, que têm de ser analisados global e setorialmente. As razões que movem os decisores ligam-se às condições sociais e culturais, mas também aos papéis sociais e padrões de ação e às mentalidades. Não basta considerar separadamente as diversas abordagens possíveis, havendo que seguir as ligações e aproximações, numa tentativa de apreensão da «dinâmica global». Estas considerações levam o historiador à análise rigorosa dos elementos disponíveis, afirmando que a expansão portuguesa e castelhana no século XV não foi condicionada pelo imperialismo turco-otomano. Os descobrimentos, a colonização e as conquistas teriam, assim, resultado da convergência da nobreza e da burguesia, a primeira para fazer face à desvalorização monetária e à emergência do mercantilismo europeu, e a segunda para encontrar novos mercados e mais mão-de-obra para as novas produções. Haveria que aproveitar as oportunidades dos arquipélagos do Atlântico Norte, do Norte de África, e mais tarde da Índia e o Brasil, quanto ao trigo, açúcar, ouro, cereais, panos, pescarias, escravos, malagueta, especiarias, pedras preciosas, sedas e madeiras raras. Assim não há um plano só. «A expansão deve-se, não a uma iniciativa única, mas a uma pluralidade de iniciativas» (João Afonso e D. João I, em Ceuta; D. João I, D. Henrique, D. Pedro e particulares nas Ilhas; D. Henrique e talvez D. Pedro na passagem do Bojador; D. Henrique, D. Pedro e particulares na exploração da costa africana e D. Henrique e D. Duarte relativamente a Tânger). A coroa e a Ordem de Cristo tiveram um papel decisivo no lançamento dos descobrimentos. Gomes Eanes de Azurara esteve certo ao ligar razões nacionais e religiosas à curiosidade pré-científica, à perspetiva comercial, ao espírito de cruzada e cavalaria e às conceções político-

-estratégicas. Havia, porém, divergência entre: a conquista territorial e a navegação comercial, as lógicas da nobreza e da burguesia comercial. De facto, são processos complexos, que ou convergem ou divergem. Por exemplo, a regência de D. Pedro (em coerência com a Carta de Bruges – onde aponta caminhos de reforma, de abertura e de projeto) desviaria o plano marroquino, optando pela exploração atlântica e pela colonização insular, talvez lançando a necessidade de aliança com o Preste João, para atacar os poderes muçulmanos em duas frentes. E D. João II reuniria as duas orientações, da nobreza e da burguesia, pela valorização económica de Marrocos para os resgates da Guiné, e pelo plano da Índia com o fito da concorrência ao monopólio veneziano-muçulmano. Não podemos esquecer ainda que o bloqueio português ao estreito de Meca conduziu à ruína do Sultão do Egipto e à conquista desta região pelos turcos (1517), tendo a rota do Cabo afetado o comércio veneziano do Levante (1503-1535) sem a destruir. As rotas de Ormuz e de Adém sofreram alterações, sobretudo em detrimento da segunda, mas não ficaram arruinadas, e a expansão portuguesa não constituiu um golpe de morte para o império turco, embora tenha perturbado e dificultado a sua influência no Oriente. Ao falar da regência do infante D. Pedro, temos ainda de alvitrar a busca de uma aliança com o Preste João, para atacar em duas frentes os poderes muçulmanos – afinal, as determinantes políticas e económicas associam-se sempre. E perante a complexidade de fatores, temos de entender que no final do século XV há uma nobreza castelhana que ganha importância e começa a concorrer com os correspondentes grupos sociais portugueses. Tordesilhas coincide com essa emergência. Enquanto em Portugal o Estado passa a depender dos rendimentos aduaneiros e o rei torna-se o primeiro dos mercadores, o contraste começa a estabelecer-se na Península – entre o peso português de um Estado centralizado, por um lado, e a proliferação de pequenas empresas que asseguravam a prosperidade das burguesias provinciais do sul de Espanha, por outro. Só o entendimento da complexidade – economia e sociedade, convicções e mercado permite haver uma visão compreensiva do processo ligado à primeira globalização.

9. Do Infante D. Pedro até ao Tratado de Tordesilhas...

A Batalha de Alfarrobeira (20.5.1449) foi resultado de uma intriga palaciana, envolvendo o Duque de Bragança, D. Afonso, filho bastardo de D. João I. D. Afonso V escreve ao referido Duque, requisitando-o à corte, acompanhado de escolta uma vez que teria de atravessar terras de Coimbra. D. Pedro, Duque de Coimbra, sabedor da vinda do seu inimigo, proíbe-lhe a passagem por suas terras e é considerado súbdito desleal ao rei. Publicam-se éditos contra o D. Pedro e seus aliados e o rei investe na tentativa de submetê-los, instalando-se em Santarém. Por sua vez D. Pedro desce de Coimbra em direção a Lisboa e encontra as tropas de D. Afonso V no lugar de Alfarrobeira, em Vialonga. Apesar das tentativas do Infante D. Henrique para evitar a contenda, bem como do Conde de Avranches, D. Álvaro Vaz de Almada, a Batalha teve lugar, vencendo o rei e perdendo a vida D. Pedro, e o Conde de Avranches, que perante a derrota deu o célebre grito: “É faltar vilanagem”...

A ideia fundamental do Infante D. Pedro das Sete Partidas é a de termos de ser europeus, de estar no núcleo mais dinâmico da Europa, de ligar quem fica e quem parte, para melhor nos projetarmos para fora da Europa é fundamental. A lição essencial da nossa cultura tem a ver com a capacidade de prever, de planear e de persistir. Sempre que a esquecemos, por otimismo ou pessimismo, falhámos. Nesta sequência, se insere a figura do Príncipe Perfeito (1455-1495) que ainda continua envolta em dúvida e mistério. Filho de D. Afonso V, e irmão de Santa Joana, a verdade é que a sua personalidade e a sua política se demarcaram das de seu pai, apesar da nítida complementaridade. Se é certo que foi desde muito cedo associado à governação do reino, a ponto de ter a direção das “navegações” desde 1475, seis antes de subir ao trono, não podemos esquecer que a sua ação se inseriu na continuidade do plano concebido pelos filhos de D. João I, o seu avô paterno D. Duarte, o seu avô materno D. Pedro e, naturalmente, o tio-avô D. Henrique. E se encontramos formulada uma “estratégia nacional”, tal fica ainda mais claro se nos recordarmos: da política de segredo, como modo de defesa de uma ampla zona de influência perante a ameaça do concorrente mais próximo; da definição de um “modus vi-

vendi” na Península Ibérica que garantisse a entrada do Mediterrâneo uma base econômica e política sólida no continente europeu para o “plano da Índia”; e da afirmação de um poder político forte, centrado na Coroa, sem a “perturbação” das influências da alta nobreza e do alto clero. Como que em contraponto à derrota do Infante D. Pedro em Alfarrobeira, D. João II retoma a exigência de ligar um “poder europeu” a um “império universal”. Naturalmente, que a análise deste tema complexo conduz invariavelmente ao risco de transposições abusivas. Impõe-se, por isso, ter presente a reflexão da historiografia dos últimos dois séculos a este propósito, designadamente quanto às “causas da decadência dos povos peninsulares” (de Antero e de Oliveira Martins) ou quanto à alternância entre “fixação” e “transporte” (que António Sérgio foi beber na geração de setenta e nos sequazes desta). E foi-se tornando aliciente uma explicação que considerasse D. João II como paradigma da “fixação” ou como herdeiro do “europeísmo universalista” de D. Pedro. Deve haver, porém, as maiores cautelas nestas transposições, apesar de ser inofensível que a “política” de D. Manuel, se pôde trazer toda a pompa e circunstância de um “século de ouro”, veio a prenunciar a incapacidade do “Estado” para administrar um império de dimensão mundial, bem como a falta de uma base financeira e econômica (agravada pela expulsão dos judeus e da sua “partida” sobretudo para o Mar do Norte) e a influência crescente dos “fumos da Índia”, com todas as suas consequências morais e sociais.

O caminho da centralização, bebido por D. João II na escola italiana de Direito Público e na prática francesa de Luís XI, baseou-se nas ideias da proveniência divina do poder, aliada ao necessário “consentimento do povo” – como D. Pedro defendera em “Virtuosa Benfeitoria”. Daí a necessidade de limitar o poder da nobreza e do alto clero e de assegurar uma ligação efetiva aos povos, representados nos concelhos. O rei seria, assim, um defensor dos povos, devendo, para o efeito, reforçar a sua própria autoridade. Daí o lema “Pola Ley e Pola Grey” sob a representação de um pelicano que, ferindo o peito, assegurava o sustento das crias no ninho. Eis por que razão não se deve falar de concepção “absolutista” com D. João, mas de um entendimento mais próximo da ideia de “proteção”, com raízes na tradi-

“A ideia fundamental do Infante D. Pedro das Sete Partidas é a de sermos europeus, de estar no núcleo mais dinâmico da Europa, de legar quem fica e quem parte.”

ção que vinha dos acontecimentos de 1383. Esse o contraponto em relação aos inimigos que tinham conduzido o pai a “Alfarrobeira” – apostando na fragmentação do poder, no enfraquecimento da Coroa e no enriquecimento de uns poucos à custa do Erário Régio. D. João não esqueceu, contudo, da morte de seu avô e da consequência que esta teve na aceleração do prematuro desaparecimento de sua mãe. Só um poder eficaz e forte seria respeitado, nacional e internacionalmente. Para o Príncipe Perfeito (que não quer dizer sem mácula, mas completo) importaria prosseguir o plano das navegações da Índia, a partir de uma posição consolidada. Daí as mil cautelas, a diplomacia secreta e o combate a todas as subtis formas de erosão do Estado e do poder. Como numa partida simultânea de xadrez, vemos o monarca lançar diversas vias de ação: retomar sistematicamente as viagens na costa africana, que desde a morte do Infante tinham perdido ímpeto, mandar missões por terra em busca do Preste João e a preparar a chegada à Índia (Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã), desenvolver uma complexa ação diplomática quer com a Santa Sé quer com os Reis Católicos. Paralelamente, haveria que reorganizar a Administração do Reino, profundamente desorganizada. Assim, o final da década de oitenta do século XV representa o culminar da “afirmação” de D. João II, no dizer de Manuela Mendonça (autora da obra fundamental *D. João II, um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Estampa, 1991). Estamos diante do

corolário lógico de uma ação de grande clareza – desde a reorganização do reino até ao casamento do príncipe herdeiro D. Afonso com a filha dos Reis Católicos, D. Isabel, passando pela afirmação internacional, pelas navegações no Atlântico Sul (em que Diogo Cão, Duarte Pacheco Pereira e Bartolomeu Dias desempenharam papel essencial). O célebre discurso de Vasco Fernandes de Lucena em Roma por ocasião da entronização do novo Papa Inocêncio VIII e o cerimonial de investidura do Marquês de Vila Real, D. Pedro de Menezes, em Beja, em Março de 1489, bem como os esponsais de D. Afonso constituíram simbolicamente os momentos cruciais de afirmação da grandeza de D. João II como grande monarca europeu (leia-se por todos Martin de Albuquerque, *O Poder Político no Renascimento Português*, s.d.). Mas para chegar onde chegou, D. João teve de afirmar o seu génio econômico e político. Foi graças às receitas obtidas no comércio da Guiné que pôde estabelecer definitivamente em bases científicas a solução do problema da descoberta do caminho por mar até à Índia. No dizer de Jaime Cortesão: “sob a direção real, uma nova ciência náutica é criada, que dominará os séculos XVI e XVII, sendo ensinada secretamente aos pilotos portugueses. Com este fim, o rei enviou às terras descobertas, em expedições sucessivas, os melhores astrónomos e técnicos encarregados de ensaiar os novos métodos como os novos instrumentos e de calcular as posições geográficas destas regiões e a grandeza do grande círculo terrestre, que conseguiram determinar com uma notável exatidão” (*L’Expansion des Portugais dans l’histoire de la civilisation*, Anvers, 1930).

A morte trágica do Príncipe D. Afonso (1475-1491) em Almeirim, por queda de cavalo, deitou por terra todos os sonhos e projetos. Os reinos ibéricos não chegariam à glória abraçados, como D. João teria pensado... A decadência seria compartilhada, dramaticamente. Haveria a demonstração de que Colombo não tinha a chave da chegada à Índia (mas de um Novo Mundo), e de que era D. João II quem estava na vanguarda da organização e da ciência. E haveria Tordesilhas e o misterioso volte face final, com Portugal a reivindicar uma zona que só o próprio Príncipe Perfeito conhecia...

Falando do Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, este estabeleceu a divisão

das áreas de influência dos países ibéricos, cabendo a Portugal as terras “descobertas e por descobrir” situadas antes da linha imaginária que demarcava 370 léguas (1770 km) a oeste das ilhas de Cabo Verde (Santo Antão) e a Castela as terras que ficassem além dessa linha. O diplomata Duarte Pacheco Pereira, que conheceria as terras do Brasil, fez com que essa linha avançasse de modo a abranger um espaço maior no território americano do que previsto inicialmente. Bartolomeu de Las Casas dirá: os portugueses tiveram “mais perícia e mais experiência” do que os castelhanos. Dir-se-á que D. João II foi um monarca duro e implacável. As mortes dos Duques de Bragança e de Viseu (seu cunhado) ilustram esse carácter. No entanto, sabemos que houve uma conspiração contra o Rei, para ir às últimas consequências (“por ferro ou por peçonha”). Mas se falarmos do prestígio do Príncipe Perfeito, basta lembrarmos como Isabel, a Católica o designou quando soube de sua morte: - o Homem! Haveria sempre tempo de coruja e tempo de falcão. D. João soube-o bem, ao morrer como coruja no Alvor, envolto em enigma, depois de ter sido falcão...

10. Diversos e complexos são os fatores que determinaram a Expansão portuguesa.

«O Império Marítimo Português – 1415-1825» de C. R. Boxer (Edições 70, 1992) é uma obra clássica, publicada pelo célebre estudioso britânico em 1969 e que nos fornece uma indispensável síntese panorâmica da expansão portuguesa no mundo através da consideração das suas origens, vicissitudes, limitações e desenvolvimentos. Charles R. Boxer (1904-2000) tornou-se em 1947, após uma vida militar no Oriente, titular da cátedra Camões no King's College em Londres, onde exerceu funções até 1967. Profundo conhecedor das línguas e culturas asiáticas e sendo estudioso do contacto destas com as culturas europeias, designadamente a portuguesa e a holandesa, Boxer foi uma autoridade respeitadíssima relativamente ao conhecimento da primeira globalização, tendo ainda sido Professor da História do Extremo Oriente na Universidade de Londres no início dos anos cinquenta. A obra a que nos referimos culmina a ação pedagógica na capital britânica – tendo-se tornado um manual indispensável para um conhecimento sério das viagens dos portugueses pelo mun-

do e das suas consequências para a génese da economia e da sociedade modernas. Depois de 1967, aceitou ainda a cátedra de História da Expansão Europeia na Universidade de Indiana a que se seguiu semelhante função na Universidade de Yale – tendo tido até à sua morte uma relevante influência e orientação no estudo complexo dos acontecimentos que determinaram a criação do Império Marítimo Português, desde a conquista Ceuta até ao ocaso da presença asiática. O tema da expansão marítima europeia, que teve como precursores os portugueses, é de significativa complexidade, não sendo compatível com simplificações. A costa marítima atlântica de Portugal, o conhecimento antigo de África e do Mediterrâneo Ocidental, as necessidades económicas determinadas pela carência de meios – vão determinar a conquista de Ceuta e as viagens para sul na costa africana. A obtenção de ouro, primeiro, mercê de trocas com os tuaregues e depois através da descoberta de jazidas conhecidas das tribos do deserto, permitiu a cunhagem de cruzados, de uma grande pureza e geral aceitação, com grande estabilidade no respetivo valor. Depois de 1442, verifica-se o desenvolvimento do comércio de escravos, no início por capturas diretas e depois através da mediação dos povos africanos. Nasce as feitorias, de que um primeiro exemplo é Arguim, onde os portugueses trocavam cavalos, tecidos, objetos de cobre e trigo por pó de ouro, escravos e marfim. E com a chegada destes bens a Portugal as expedições da África ocidental tornam-se lucrativas. Nunca os portugueses descobriram, porém, a fonte de onde vinha o ouro nem conseguiram estabelecer feitorias no interior. «Mas (segundo Boxer) a luta das caravelas portuguesas contra as caravanas mouras de camelos do Sara teve como resultado a predominância das primeiras no comércio do ouro, por um período de 100 anos, de 1450 a 1550». Só de S. Jorge da Mina registam-se importações anuais de 170 mil dobras e às vezes mais. «Se bem que os principais produtos que os portugueses procuram na Senegâmbia e na Guiné continuassem a ser os escravos e o ouro, outros produtos oeste-africanos, como a malagueta ou grão-do-paraíso, umas especiarias parecidas com a pimenta, além de macacos e papagaios, encontravam, também, um mercado lucrativo em Portugal». As mercadorias que permitiam a compra de escravos e ouro

vinham do estrangeiro. A malagueta ia para a Flandres e os escravos para Espanha e Itália, antes da descoberta das Américas. O comércio africano era partilhado entre a coroa e os mercadores, com o controlo apertado da Casa da Mina, situada no edifício do Paço da Ribeira – cabendo à Coroa o monopólio do ouro. As receitas do comércio do ouro e dos escravos permitiram a D. João II avançar para o Golfo Árábico e Índia – para as especiarias asiáticas. Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança (1488) e Pero da Covilhã e Afonso de Paiva são enviados por terra em busca do Reino do Preste João e para conhecerem a Índia. Pero da Covilhã sobreviveu e, ao regressar ao reino, foi solicitado por um mensageiro do rei na cidade do Cairo para «continuar até ao reino do Preste João, que tinha sido então localizado nas montanhas da Abissínia». O relatório que teria enviado para Lisboa não se sabe se chegou ao destino. Vasco da Gama saberia que tinha de aportar no sudoeste da Índia, mas foi incapaz de distinguir os templos hindus das igrejas cristãs... O certo é que a política de D. João II levaria ao fim do monopólio veneziano-mameluco das especiarias no oriente do Mediterrâneo. Em 1485, o discurso de obediência proferido por Vasco Fernandes de Lucena perante o Papa aponta claramente para a concretização da chegada dos portugueses ao Oceano Índico. Quando D. Manuel herdou a coroa de seu cunhado, seguiu claramente a estratégia do Príncipe Perfeito. E Vasco da Gama «levava credenciais dirigidas ao Preste João e ao rajá de Calecute, juntamente com amostras de especiarias, ouro e aljófar... A partida para a Índia ocorreu nove anos depois de Bartolomeu Dias ter regressado do Cabo. Entretanto Colombo tinha regressado da sua «histórica viagem», pensando ter chegado à Ásia Oriental. Por que razão tanto tempo? As explicações são contraditórias – os novos acontecimentos em Marrocos, a morte de D. Afonso, o herdeiro de D. João II; ou a doença do Rei. Mas há quem pense que houve, entretanto, viagens no Atlântico Sul para encontrar a melhor rota para o Índico e que teriam permitido não só favorecer as navegações com segurança, mas também encontrar o importante território brasileiro. Sobre Vasco da Gama, importa lembrar que depois da morte do Infante D. Henrique as navegações «eram sobretudo impulsionadas pela procura do Preste João e do ouro da Gui-

né, e que, durante o reinado de D. João II, estes motivos foram reforçados pela procura de especiarias asiáticas – compreendendo-se a resposta do enviado de Gama sobre o que fariam ali aqueles navegadores. «Viemos procurar cristãos e especiarias». O certo, porém, é que os conselheiros de D. Manuel, ouvidos em Montemor-o-Novo, mais se inclinaram para que a Índia não se deveria descobrir – como no-lo diz João de Barros. Quando regressou ao reino, em agosto de 1499, Vasco da Gama perdera dois navios e cerca de metade da tripulação, no entanto a abertura de novos contactos permitiria abrir horizontes, que a armada de Pedro Álvares Cabral viria a consolidar – com a concretização do Achamento do Brasil, documentado na carta de Pero Vaz de Caminha, bem como com o delineamento de uma nova estratégia de acordos locais, designadamente em Cochim e Cananor. Segundo Boxer: «a mira dos lucros a ganhar com o projetado monopólio português das especiarias e a confiança na possibilidade de encontrar aliados cristãos nas terras que confinavam com o Índico permitiram a D. Manuel vencer hesitações de alguns dos seus conselheiros e lançar este pequeno reino na espetacular carreira de empreendimentos militantes na Ásia das Monções».

11. A descoberta do caminho marítimo para a Índia iniciou a primeira globalização, abrindo portas a um diálogo entre culturas.

Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, Vasco da Gama abre novos horizontes nas relações entre continentes e no conhecimento do planeta Terra. Toynbee designou esta nova era como *Gamica*. «Durante a exploração (diz Roger Crowley em «Os Conquistadores», Presença, 2016), os portugueses iniciaram infindáveis interações mundiais, de teor positivo e negativo. Trouxeram armas de fogo e pão para o Japão, astrolábios e feijão-verde para a China, escravos africanos para as Américas, chá para Inglaterra, pimenta para o Novo Mundo, seda chinesa e medicamentos indianos para todo o continente europeu, um elefante para o Papa. Pela primeira vez, os povos de lados opostos do planeta puderam ver-se, tornando-se alvo de descrições e de espanto. Pintores japoneses representaram estes visitantes estranhos em imagens, usando calças de balão enormes e chapéus coloridos».

... No entanto, durante trinta anos, no início do século XV, o imperador chinês Yongle, da recém-estabelecida dinastia Ming, enviou armadas pelos mares ocidentais, apenas para afirmar o poder do Império do Meio. As expedições teriam sido seis em vida de Yongle e sete entre 1431 e 1433. Não houve, porém, tentativas de ocupação militar nem empreendimentos económicos, apenas uma afirmação de poder e influência. Em 1433, na sétima expedição, Zheng He, o mítico almirante muçulmano, morreu, talvez em Calecute, na costa da Índia e depois da sua morte as «jangadas estelares» não voltaram a navegar. A orientação política no Império da China mudara e, em lugar da abertura ao mundo, prevaleceu o isolamento e foi reforçada a Grande Muralha. «As viagens marítimas foram banidas e os registos destas destruídos». Neste primeiro caso, dá o autor nota de que aquilo que os portugueses fizeram ao abrir caminho para o conhecimento do planeta, poderia ter acontecido a partir da China. A verdade é que os navios de Vasco da Gama caberiam num só dos juncos magníficos de Zheng He.

No caso das navegações portuguesas, nada dependeu de um mero acaso ou de uma qualquer improvisação. Houve informação, conhecimento, ponderação, planeamento, determinação e convergência de esforços – e houve ainda dificuldades a superar, carência de recursos, efeitos de uma profunda crise e ecos da tremenda peste negra... «O destino e a sorte de Portugal foram não ter acesso ao Mediterrâneo, a arena movimentada do comércio e troca de ideias. Na orla da Europa e periféricos ao Renascimento, os portugueses podiam apenas olhar invejosamente para a riqueza de cidades como Veneza e Génova, que tinham assumido posições dominantes no mercado dos bens de luxo vindos do Oriente: especiarias, seda e pérolas, comerciando com as cidades islâmicas de Alexandria e Damasco e vendendo os produtos a preços monopolistas. Portugal, porém, estava virado para o mar». E somos conduzidos a partir dessa singular circunstância – uma costa marítima aberta e um modo novo de pensar, que Jaime Cortesão liga aos fatores democráticos e ao franciscanismo... Assim temos a identificação da rota marítima para as Índias; o conflito que envolve os monopólios até à conquista, invocando o «Leão dos Mares» - é Afonso de Albuquerque, cujo modelo era Alexandre o Grande da Macedónia,

como figura contraditória, portadora de uma vontade férrea e de uma visão estratégica fundamental. Aqui notam-se os paradoxos políticos do reino. D. Manuel terá tido consciência do que estava em causa. A alternativa pôs-se entre a lógica nacional e de Estado e a descentralização mercantil – prevalecendo no fim esta última. Goa, Ormuz e Malaca são centros cruciais, que Afonso de Albuquerque define, conquista e consolida... Os portugueses terão influência decisiva no Oceano Índico e na Ásia durante pelo menos cento e cinquenta anos graças a esses três pontos estratégicos. Lembremo-nos, porém, que o Conselho Privado do Rei não advogou a viagem à Índia, mas D. Manuel definiu, apesar de tudo, esse como um objetivo estratégico do seu reinado – afirmando: “Vamos à Índia!”. Contudo, há um sonho providencial, que se vai desvanecer perante a distância e a ilusão dos ganhos fáceis dos «fumos da Índia». Uma história de claros e escuros a merecer atenção prospetiva! Leiam-se os cronistas João de Barros (1496-1570) e Diogo do Couto (1542-1616) e descubram-se os aspetos positivos e negativos de um Império que não subsiste ao cerco holandês, suscitado pela união pessoal e pela monarquia dual de Filipe II (I, de Portugal) e seus descendentes.

12. A importância do tráfego da Índia

“Para o tráfego da Índia, Portugal necessitava da segurança das costas atlânticas e do apoio naval espanhol” a, para as Américas, a Espanha precisa das linhas portuguesas. E D. Manuel torna-se legítimo pretendente à sucessão dos Reis Católicos – mas a morte de Miguel da Paz (simbolicamente sepultado na Catedral de Granada junto a seus avós) vai de novo deitar a perder o projeto (de D. João II) de tornar concreto o “equilíbrio” – contra as ameaças corsárias do norte da Europa...” Miguel da Paz (1498-1500) é filho de Manuel e de sua mulher D. Isabel e nele se punham todas as esperanças de poder unificar os Reinos Peninsulares sob os auspícios do Reino marítimo de Portugal. Carlos I de Espanha (V de Habsburgo) e a Imperatriz Isabel de Portugal (filha de D. Manuel e mãe do futuro Filipe I de Portugal) procurarão restaurar a “Respublica Christiana”, “cuja principal vantagem seria substituir as guerras por debates e decisões garantidas por um poder real forte e adequadamente centralizado”. No entanto, a Fran-

ça, a Espanha e a Áustria tornam-se os Estados europeus dominantes. Portugal (como a Inglaterra) procura espaço atlântico através do império marítimo, com dificuldades e sem procura interna e uma base económica continental sólida. É o tempo do cerco, que cada vez mais se aperta, sem espaço de manobra. Para o Prof. Jorge Borges de Macedo, apenas pode compreender-se o projeto do rei D. Sebastião, a partir da tentativa de obter o equilíbrio perdido perante a hegemonia europeia dos Áustrias. O projeto de Alcácer-Quibir estaria assim na lógica sequência da vitória de Lepanto (1571) sobre o expansionismo turco. Havia que impedir a chegada do império otomano a Marrocos, e esse objetivo pôde ser alcançado apesar dos custos terríveis para o império português e para as suas pretensões... Seria, no entanto, preciso esperar pela guerra dos Trinta Anos (1618-1648), pela reação vitoriosa de 1640 (com apoio do Cardeal Richelieu) perante a tentativa centralizadora do Conde Duque de Olivares, pela nova orientação da Paz de Vestefália (1648), instituidora de um novo quadro europeu, para Portugal recuperar o equilíbrio perdido, mas isso são outros contos ainda por contar...

13. Preparar o Renascimento.

O pano de fundo da história portuguesa dos séculos XV e XVI pode, em termos culturais, envolver diversas referências fundamentais – sendo a cultura portuguesa um curioso alfobre na Renascença europeia. Na grande tradição da lírica poética, vinda dos trovadores galaico-portugueses e das cantigas de amor e de amigo, chegamos à maturidade da língua portuguesa com Luís de Camões (1524-1580), antecedido por Garcia de Resende (1470-1536), coordenador e artífice do Cancioneiro Geral, acompanhado por Francisco Sá de Miranda (1481-1558), que trouxe de Itália, sob a influência de Petrarca a “medida nova; cabendo ainda referir o autor de “Menina e Moça”, Bernardim Ribeiro (1488-1552), exemplo fundamental da transição do tempo medieval para o momento renascentista.

Ao lado deste fundo lírico, temos o domínio épico, de que Camões será supremo representante em “Os Lusíadas”, ao lado da “História Trágico-Marítima” (obra impressa no século XVIII, a partir de publicações dos séculos XVI). Unamuno considerou, assim, a cul-

tura portuguesa, como a um tempo, lírica e trágica. A estes dois campos, junta-se o lado picaresco, na tradição das cantigas de escárnio e maldizer – a que urge juntar o teatro de Gil Vicente (1465-1536) – e um dos fundadores da moderna narrativa Fernão Mendes Pinto (c.1510-1583) com a obra fundamental “Peregrinação”; (d) as primeiras Gramáticas da Língua Portuguesa datam respetivamente de 1536 com Fernão de Oliveira (também autor da “Ars Nautica”) e de 1540 com João de Barros. Não podemos, naturalmente deixar de lembrar Damião de Góis (1502-1574), diplomata, historiador, cronista, humanista exemplar, amigo de Erasmo de Roterdão ou de Dürer, verdadeiro símbolo do Portugal renascentista.

No campo artístico, temos no século XV os exemplos de Nuno Gonçalves (c. 1450-1491) e de Vasco Fernandes (Grão Vasco) (1475-1542) – sendo primeiro autor de uma das obras-primas europeias de sempre, os Painéis ditos de S. Vicente (c. 1470), redescobertos no final do século XIX e identificados pela representação do Infante D. Henrique tal como se encontra na edição da Crónica dos Feitos da Guiné da Biblioteca de Paris.

Na arquitetura, Nicolau de Chanterene (1470-1551), Diogo Boitaca (1460-1528) e João de Castilho (1470-1522) criam o manuelino de que é paradigma o mosteiro dos Jerónimos e Francisco de Arruda (m. 1547), que assina a Torre de Belém, merecendo todos especial destaque, ao lado do grande teorizador Francisco de Holanda (1517-1585), não se esquecendo na ourivesaria a Custódia de Belém, possivelmente da autoria do dramaturgo Gil Vicente, mas não pode haver certezas.

Na música, encontramos figuras de relevância europeia como Mateus de Aranda (1495-1548), Pedro de Escobar (1465-1535), Filipe Magalhães (1571-1652), Manuel Mendes (1547-1605), Pedro Cristo (c.1545-1618) e Duarte Lobo (1565-1646).

Na ciência, há a figura maior de Pedro Nunes (1502-1578) matemático e cosmógrafo-mor do reino, de dimensão mundial, mas ainda Abraão Zacuto (1450-1522), autor da “Tábuas Astronómicas”; Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), autor do “Esmeraldo de Situ Orbis”; Garcia de Orta (1501-1568), médico e naturalista; Amato Lusitano (1511-1568), médico e fisiologista, e D. João de Castro (1500-1548), político, cartógrafo e naturalista; (i)

até ao reinado de D. Manuel, há uma convergência de influências, num caleidoscópio de povos e crenças, no entanto com a expulsão dos judeus no início do século XVI, depois do massacre de Lisboa de 1506, houve, também uma dispersão e a perda de vantagens económicas e de conhecimento; (j) a primeira globalização, que Arnold Toynbee designa como era gâmica (de Vasco da Gama) abre novos horizontes à língua e à cultura portuguesas nos diversos continentes – a língua franca dos mercadores e missionários da Ásia será o português, como “papiar cristão”, enquanto a miscigenação promovida, através dos casamentos mistos, por Afonso de Albuquerque vai permitir o surgimento de um relevante diálogo entre culturas – que Jaime Cortesão considerará ser uma das bases do humanismo universalista dos portugueses...

14. O mito sebastianista e o Quinto Império...

O mito sebastianista corresponde a um delírio, “sentimentalmente verdadeiro embora racionalmente falso” (Miguel Real). Assim, o sebastianismo constitui uma espécie de motor ético dos portugueses, forçando-os “a acreditarem dever ser o futuro melhor do que o presente, mesmo que para tal se sintam obrigados a fugir da medíocre elite portuguesa, que do país se apodera como coutada sua...” (in “Nova Teoria do Sebastianismo”, D. Quixote, 2014). «Origens do Sebastianismo» de António Costa Lobo é um clássico da ensaística portuguesa, com prefácio de Eduardo Lourenço de 1982. Trata-se de uma das melhores análises sobre o sebastianismo da nossa literatura – onde se procede a uma síntese entre uma mitofilia e a recusa de qualquer simplificação imaginativa. Costa Lobo (1840-1913) escreveu esta reflexão em 1909. Frequentara a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo desenvolvido atividades como jurista, sob influência do krausismo, e de professor do Curso Superior de Letras. Foi Par do Reino, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Conselheiro de Estado. Este ensaio merece referência pela sua qualidade, pelo conhecimento que revela da evolução histórica portuguesa e pela agudeza crítica com que se demarca de outras análises menos fundamentadas sobre o sebastianismo. Para Costa Lobo «o povo português não emergiu da reconquista da liberdade em 1640 como havia sido no

período anterior ao cativo. O domínio castelhano foi um cataclismo, que abalou pelos alicerces a sociedade portuguesa, e não uma calamidade transitória, cujos efeitos cessaram com o seu término, como geralmente se cuida. Os efeitos da servidão não se obliteram logo em alforria. Talvez Portugal não esteja deles ainda inteiramente curado - o presente é condicionado pelo passado e condiciona o futuro. «No organismo de um indivíduo as grandes enfermidades deixam sempre quebrantado o vigor da compleição: numa nação cuja existência se continua na sucessão das gerações, em cada uma destas se propaga, por herança, o germe da enfermidade originária». Eduardo Lourenço, no seu prefácio, começa por referir naturalmente o sentido profundamente crítico de António Sérgio, que tem de ser entendido no contexto em que foi produzido, por demarcação do saudosismo sebastianista, pouco conforme com as suas preocupações de lançar as bases de uma reforma de mentalidades. Sem pôr em causa a qualidade de Pascoaes, do que se tratava era de evitar generalizações perniciosas justificativas de alguma acomodação sentimentalista. E assim Lourenço parte para a leitura de Oliveira Martins, que neste ponto é guia para o ensaísta de “O Labirinto da Saudade” - «do que era um fenómeno extravagante ou uma aberração sem lugar no discurso histórico, Oliveira Martins fez um *mito cultural* de ressonância incomparável». O que estaria em causa no caso português era uma “decadência inconformada consigo mesma”, assumida após um momento dramático em que um passado glorioso deu lugar a uma humilhação incompreensível nas areias de Marrocos. E assim o sebastianismo torna-se uma «prova póstuma da nacionalidade» - «o epílogo, e a manifestação mais palpável do espírito nacional, é o insano mito do sebastianismo que continuou embebido na imaginação e nele nutrido pelo conhecimento da decadência nacional e pela recordação e saudades de tempos mais felizes». Contudo, é fácil de entender que o sebastianismo não é de compreensão fácil. Pode ser visto como um «avatar delirante», mas mais do que isso é o símbolo de uma história complexa que alterna momentos gloriosos e decadentes, em que a fatalidade e a vontade se entrecruzam e se alimentam mutuamente. Vem à memória a analogia entre o messianismo judaico e a ideia nacional de um império

“O mito sebastianista corresponde a um delírio “sentimentalmente verdadeiro embora racionalmente falso” (Miguel Real), constituindo uma espécie de motor ético dos portugueses”

futuro. E Eduardo Lourenço liga o mito cultural de Alcácer Quibir a uma «estrutura de ausência», vista como corolário do tempo em que substancialmente perdemos a independência, ainda que juridicamente tal nunca se tenha consumado verdadeiramente. A monarquia era dual, e só quando o Conde Duque de Olivares teve a tentação unificadora, a revolta tornou-se inexorável. E é assim que Portugal aparece como «ausente de si mesmo e esperando-se nessa ausência». Interrogando-se sobre os mitos portugueses, Eduardo Lourenço demarca-se das leituras negativistas e fatalistas, uma vez que considera, com Oliveira Martins, que a «estrutura de ausência» não pode confundir-se com a incapacidade de espera. Note-se que é o tema da ausência que Garrett trata em “Frei Luís de Sousa”. E o certo é que o autor de “Portugal Contemporâneo” sempre se dispôs a crer em uma «Vida Nova», capaz de fazer regressar a pátria a um caminho de vontade e prosperidade. Ao contrário do que se exigiria, o sebastianismo, como mito, é uma prova póstuma da nacionalidade, mas também sonho ou vaga esperança messiânica - e neste ponto o ensaísta contemporâneo chega a Fernando Pessoa. O poeta pensa no mito cultural como impulso libertador. No pensamento de Eduardo Lourenço (o nosso filómite por excelência, na linha do que José Marinho considerava ser Oliveira Martins) estamos perante um «mito», mas não uma esperança de índole transcendente ou religiosa. É o «herói

simbólico» que se apresenta - na tradição do ciclo bretão, do rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda (também ele viria de Avalon numa manhã de nevoeiro). E o tema do herói merece atenção. E, por contraponto a Sebastião, são apontados exemplos de heróis reais: Nun'Álvares, os Filhos de D. João I e o Príncipe Perfeito. E contra o fatalismo, surge ainda a nação como vontade como disse Alexandre Herculano - vontade temperada pela índole coletiva. Sampaio Bruno preferiu procurar uma significação metafísica, Teixeira de Pascoaes ligou o sebastianismo à saudade lusitana (lembança e desejo, segundo Duarte Nunes do Leão) e Costa Lobo procurou ancorar nas razões históricas as repercussões do cativo - desde as Cortes de Tomar (1581) até ao Primeiro de Dezembro de 1640.

Lembramo-nos do Quinto Império de Vieira e temos de referir que «a restauração política de Portugal do seu tempo interessou Fernando Pessoa, como é de sobra conhecido, a ponto de ver Sidónio Pais um novo D. Sebastião. Mas (esclarece E. Lourenço), o Quinto Império com que sonha é um Império Cultural. E desse império e não de outro talvez seja ele mesmo o D. Sebastião». Entrando de pleno no mundo dos mitos, Eduardo Lourenço chega ao século XX e longe de qualquer tentação ilusória, diz-nos, com clareza, que «o Portugal - D. Sebastião de Pessoa é todo-o-mundo-e-ninguém com ele Pessoa - D. Sebastião é ninguém-e-todo-o-mundo, um e outro, a “eterna criança que há de vir”, aquele que morre como particularidade nacional ou pessoal, para ser tudo em todos, exemplo de um mundo e de uma personalidade sem limites nem fim». Lembramo-nos do “Auto da Lusitânia” de Gil Vicente. Deste modo, o autor de «A Nau de Ícaro», ao partir de António Costa Lobo, ultrapassa claramente as preocupações deste e a sua análise, para proceder a um retrato fulgurante da mitologia portuguesa, na linha da sua psicanálise mítica do destino português. Para o Padre António Vieira o que estaria em causa era um império sobrenatural, capaz de superar os «fumos da Índia» e as fragilidades que conduziram a Alcácer Quibir. «Assim o que começou como um sonho de um Império redivivo termina com Pessoa em Império de sonho». E, deste modo, a propósito do «Desejado», Lourenço regressa à sua leitura histórica fundamental - da maravilhosa imperfeição, de Portugal como cais de partida e de

chegada, do regresso ao projeto do infante D. Pedro das Sete Partidas, da compreensão da Europa como lugar de ambição e desassossego mais amplo do que as suas fronteiras e de um universalismo heterogéneo, de uma lusofonia de grandes diferenças e complementaridades, que obriga a entender os mitos e essa ligação extraordinária de reminiscências vicentinas de *Todo o Mundo e Ninguém*, metáfora de um império que se fez mundo fora da pátria na reunião de condições inesperadas e impossíveis, e de que o mais adequado símbolo é o herói picaresco por excelência da nossa literatura, anunciador do modo romanesco de ler o mundo, Fernão Mendes Pinto.

(continua)

Bibliografia

Guilherme d'Oliveira Martins, *Portugal, Identidade e Diferença – Aventuras da Memória*, (Gradiva, 2007), pp.11-22.

Idem, *Ao Encontro da História – O Culto do Património Cultural*, (Gradiva, 2018), pp.74-99.

Idem, *Património Cultural – Realidade Viva* (FFMS, 2019).